Processo nº 866/2010
Data do Acórdão: 07DEZ2011

Assuntos:
Embargo de executado
Força probatória
Documento autêntico

SUMÁRIO

Só se pode ilidir a força probatória plena de um documento autêntico negando os factos nele atestados mediante a arguição da falsidade desse documento, nos termos estabelecidos no artº 366º do Código Civil e nos artºs 471º e s.s. do Código de Processo Civil.

O relator

Lai Kin Hong

Processo nº 866/2010

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da RAEM

I

A, executada devidamente identificada nos autos de execução ordinária nº CV1-09-0096-CEO, veio no âmbito desses autos deduzir embargos de executado contra a exequente B, pedindo que seja julgada extinta a execução com fundamento na nulidade do negócio ao se encontra subjacente a dívida exequenda por o negócio integrar a prática de um crime de usura.

Devidamente tramitados os autos, veio a final proferida a seguinte sentença julgando totalmente a matéria dos embargos:

O tribunal é competente em razão da nacionalidade, da matéria e da hierarquia.

Não existem nulidades que invalidem todo o processo.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciárias. São legítimas e estão devidamente representadas.

Não existem outras nulidades, exceções ou questões prévias de que cumpra conhecer.

*

O processo contém os elementos necessários para se conhecer do mérito desta acção o que se passará a fazer de acordo com o disposto nos artigos 700.º, n.º 2 e 429.º, n.º 1 b) ambos do CPC.

*

A veio deduzir embargos de executada à execução ordinária que lhe move "B" alegando, em síntese, que a exequente/embargada não está habilitada a conceder crédito para jogo uma vez que os contratos a celebrar para o efeito com uma concessionária ou subconcessionária estão sujeitos a requisitos de forma que, no caso,

não foram observados, daí que o título dado à execução esteja ferido de nulidade, não podendo tal dívida ser reclamada.

A embargada/exequente apresentou contestação onde, resumidamente, alega que estava devidamente habilitada para conceder crédito para jogo e aposta, reunindo os títulos dados à execução todas as condições legais de exequibilidade.

*

Com interesse para a decisão desta acção encontra-se provada, por acordo das partes e prova documental não impugnada, a seguinte matéria de facto:

1. A exequente/embargada B, com sede em Macau é uma sociedade unipessoal, titular da licença de promotor de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino na RAEM com o n.º E136.
2. A C (Macau) é concessionária na RAEM da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar.
3. A exequente/embargada celebrou, por escrito, com a C (Macau) em 25 de Março de 2008 e em 23 de Dezembro de 2009, dois contratos de "Autorização para concessão de crédito", com os teores constantes dos documentos de fls. 27 a 44 dos autos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos.
4. A Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos da RAEM emitiu a certidão constante dos autos a fls. 16, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.
5. Nos dias 05 e 06 de Janeiro de 2009, exequente/embargada e a executada/embargante A celebraram no território de Macau quatro contratos de crédito para jogo de fortuna ou azar em casino com os n.º 08594, 08618, 08625 e 08617, constantes da execução em apenso, a fls. 7 e 8, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos.
6. Em conformidade com os aludidos quatro contratos, a exequente/embargada concedeu à executada/embargante crédito para jogo na quantia global de (HKD\$500.000,00).
7. Conforme acordado nesses quatro contratos, a executada/embargante ficou obrigada a devolver à Autora quantia igual à concedida no prazo de 7 dias após a data do empréstimo, findo o qual seriam devidos juros convencionais desde a data do vencimento até integral pagamento, calculados à taxa de 29,25% ao ano.
8. Desde a data de empréstimo até o momento actual, a

executada/embargante não devolveu à exequente/embargada qualquer quantia.

*

Expostos os factos importa enquadrá-los com o direito aplicável.

Na RAE de Macau a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino é regida pela Lei n.º16/2001 e, como é sabido, só as concessionárias estão autorizadas a explorar os respectivos casinos.

Segundo define o seu artigo 2.º, n.º 6 "promotores de jogo" são os agentes de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino que exercem a sua actividade através da atribuição de facilidades a jogadores, nomeadamente no que respeita a transportes, alojamento, alimentação e entretenimento, recebendo uma comissão ou outra remuneração paga por uma comissária.

Por sua vez, o artigo 23.º, n.º 1 e 2 da citada lei refere que a actividade dos promotores de jogo está sujeita a licenciamento e o respectivo exercício fica submetido à fiscalização do governo, estando obrigados a registar-se junto de cada concessionária com que pretendam operar. Note-se que tal actividade encontra-se regulada através de Regulamento Administrativo (n.º 6/2002 e n.º 27/2009) que no seu artigo 24.º estabelece as regras a que deve obedecer o contrato a celebrar com a concessionária, para que possam exercer a sua actividade de promotores.

Posto isto, importa analisar o regime legal da concessão de crédito para jogo ou para aposta em casino, aprovado pela Lei n.º 5/2004.

Em primeiro lugar, o artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 5/2004 estatuiu que só há concessão de crédito quando for transmitida a titularidade de fichas de jogos de fortuna ou azar em casino, sem que haja lugar ao pagamento imediato, em dinheiro, dessa transmissão. Depois, definiu quem são as entidades habilitadas a exercer essa actividade de concessão de crédito, indicando-se, no artigo 3.º, n.º 2 que, para além das concessionárias e subconcessionárias, também os promotores de jogo estarão habilitados a exercer a actividade em questão mediante contrato a celebrar com uma concessionária ou subconcessionária; e segundo reza o n.º 6 deste preceito legal, só se podem estabelecer relações de concessão de crédito entre as concessionárias ou subconcessionárias e os jogadores ou apostadores, entre os promotores de jogo e os jogadores ou apostadores e entre as concessionárias ou subconcessionárias e os promotores de jogo.

O artigo 4.º da Lei n.º 5/2004 refere que da concessão de crédito emergem obrigações civis, desde que exercida nos termos da lei.

Quanto ao contrato que deve ser celebrado entre a concessionária ou subconcessionária e o promotor de jogo para que estes fiquem habilitados a exercer a

actividade de concessão de crédito estipula o artigo 8.º da Lei n.º 5/2004 o seguinte:

1. Os contratos referidos no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 3 do artigo 5.º **estão sujeitos a forma escrita e são celebrados em 3 exemplares originais, sendo as assinaturas objecto de reconhecimento notarial presencial.**

2. As minutas dos contratos, dos seus documentos complementares e de quaisquer alterações a esses instrumentos estão sujeitas a aprovação do Governo, o qual pode determinar a alteração de qualquer cláusula das referidas minutas por razões de legalidade ou de interesse público.

3. Um dos exemplares dos contratos, bem como cópia de todos os seus documentos complementares, é enviado pela concessionária ou subconcessionária à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, adiante designada por DICJ, no prazo de 15 dias a contar da data da sua celebração.

4. Deve ainda ser enviada pela concessionária ou subconcessionária à DICJ qualquer alteração aos contratos ou aos seus documentos complementares, no prazo de 15 dias.

5. Os documentos complementares referidos nos n.os 3 e 4 devem ser acompanhados de uma declaração subscrita por representante legal da concessionária ou subconcessionária que a obrigue, com assinatura e qualidade reconhecidas notarialmente, nos termos da qual este declara, sob compromisso de honra, a correcção, actualidade e veracidade dos dados e informações neles constantes, bem como que os mesmos são cópia dos originais.

6. Os contratos devem conter, obrigatoriamente, cláusulas relativas à obrigação, assumida pelas partes, de renúncia a foro especial e submissão à lei vigente na Região Administrativa Especial de Macau e, no caso do contrato referido no n.º 3 do artigo 5.º, cláusulas relativas à renúncia à utilização de substitutos ou ao recurso a subagentes, conforme o caso.

7. São nulas as cláusulas dos contratos, dos seus documentos complementares, bem como das respectivas alterações que sejam desconformes com as respectivas minutas aprovadas pelo Governo.

Por fim, esclarece o artigo 17.º da citada lei que os factos praticados no exercício da actividade de concessão de crédito, por entidade habilitada, não se consideram usura para jogo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da **Lei n.º 8/96/M**, de 22 de Julho.

Regressemos aos factos.

Ora, segundo resulta dos factos assentes, à C (Macau) foi atribuída a concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar na RAEM. Está também provado que a exequente/embargada é uma sociedade promotora de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos de casino e que celebrou com a C (Macau) em 25 de Março de 2008 e

em 23 de Dezembro de 2009, dois contratos de "Autorização para concessão de crédito", com os teores constantes dos documentos de fls. 27 a 44 dos autos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

Não tendo a embargante posto em causa a qualidade da embargada, enquanto entidade promotora, importa analisar apenas se esses contratos de "Autorização para concessão de crédito" são nulos, por vício de forma, tal como a mesma alega.

Está provado que os contratos celebrados entre a embargada e a C foram celebrados por escrito e que as assinaturas dos respectivos legais representantes, quer da sociedade concessionária, quer da sociedade promotora foram reconhecidas presencialmente (cfr. páginas 34 e 44 dos autos).

Também resulta demonstrado do teor desses documentos que foram celebrados 3 exemplares originais e que um deles foi submetido à apreciação da DICJ, como resulta da certidão emitida por esta entidade, constante de fls. 16 dos autos.

Resultando da análise do seu clausulado que também foi observado o disposto no n.º 6 do artigo 8.º da Lei n.º 5/2004.

Significa isto que não se vislumbra qualquer nulidade nos contratos de autorização para concessão de crédito celebrados entre a concessionária e a ora embargada na qualidade de promotora, pelo que teremos de concluir que a mesma estava habilitada a conceder crédito para jogo à ora embargante, ao abrigo da Lei n.º 5/2004.

Adianta-se, ainda, os contratos celebrados entre a embargante e a embargada não estão sujeitos a qualquer forma solene para a sua formação, ou seja, com suporte em documento particular mas com intervenção de oficial com funções públicas de autenticação, nos termos supra referidos quanto ao contrato a celebrar entre a concessionária e o promotor.

Os contratos celebrados pelas partes, que de forma simplista poderemos qualificar como de mútuo para jogo, não obedecem a qualquer formalismo legal, são contratos de forma livre, consensual, vigorando a regra da liberdade de forma constante do artigo 211.º do Código Civil.

Por outro lado, sabido que podem servir de base à execução *os documentos particulares, assinados pelo devedor, que importem constituição ou reconhecimento de obrigações pecuniárias, cujo montante seja determinado ou determinável nos termos do artigo 689.º (...)* tal como resulta do artigo 677.º, c) do Código de Processo Civil, é manifesto que a embargada dispõe de título executivo bastante para servir de base à execução proposta.

Pelas razões expostas e sem necessidade de outras considerações, julgamos que a embargada é uma entidade legalmente habilitada para conceder crédito para jogo ou

aposta em casino e que os contratos celebrados, quer com a concessionária, quer com a executada, não estão afectados de qualquer vício, nomeadamente de nulidade por inobservância de forma legal, o que desde já se declara e, em conformidade **se decide julgar totalmente improcedente a matéria dos presentes embargos.**

Custas a cargo da embargante.

Notifique.

Não se conformando com essa sentença, vem agora a embargante A recorrer para este Tribunal de Segunda Instância, concluindo e pedindo:

- I. A certidão emitida pela Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos junta com a contestação como doc. 1 e os documentos juntos aos autos a 14 de Abril de 2010 não provam que, nos dias 5 e 6 de Janeiro de 2009, a minuta dos referidos contratos se encontrava aprovada pelo Governo e que um dos exemplares dos mesmos foi enviado pela D (Macau) Limited à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos no prazo de 15 dias a contar da data da sua celebração.
- II. A recorrente considera, como tal, que a matéria de facto mencionada foi incorrectamente julgada.
- III. E que os referidos meios de prova impunham, sobre a matéria em causa, decisão diversa da recorrida.
- IV. Nomeadamente que, da prova produzida nos autos, não resultava que a embargada estivesse, nos dias 5 e 6 de Janeiro de 2009, habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito.
- V. Donde se conclui que a concessão de crédito pela embargada à embargante constitui, necessariamente, um crime de usura para jogo nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 8/96/M, de 22 de Julho.
- VI. Sendo, por isso, a mesma nula, assim como necessariamente nulos os títulos com base nos quais foi a presente execução foi instaurada, pelo que deveria esta ter sido declarada extinta.
- VII. Ainda que a concessão de crédito pela embargada à embargante fosse lícita, a mesma seria apenas fonte de obrigações naturais de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 1171º do Código Civil de Macau.

VIII. E, como é sabido, o cumprimento das obrigações naturais não é judicialmente exigível segundo o disposto no artigo 396º do Código Civil de Macau.

IX. Não podendo a dívida ser judicialmente exigida, deveria, igualmente, a execução à qual os presentes embargos correm por apenso ter sido declarada extinta.

Pelo que requer a V. Exas. se dignem alterar a sentença recorrida, julgando procedentes os presentes embargos e ordenando, conseqüentemente, a improcedência da execução que é objecto dos mesmos.

Notificado da motivação do recurso, a exequente embargada nada respondeu.

II

Foram colhidos os vistos, cumpre conhecer.

Sintetizadas as conclusões do recurso, a única questão que foi trazida à nossa apreciação aqui é a de habilitação ou não da exequente/embargada para exercer a actividade de concessão de crédito.

Para sustentar a sua tese, a recorrente entende que da prova produzida nos autos não resultava que a embargada estivesse, nos dias 5 e 6 de Janeiro de 2009, habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito, uma vez que não foi dado cumprimento ao disposto nos artºs 3º/2 e 8º/2 e 3 da Lei nº 5/2004.

Vejamos.

Ora, a matéria da concessão de crédito para jogo ou para aposta de fortuna ou azar em casino na RAEM encontra-se regulada na Lei nº 5/2004.

À luz do disposto no seu artº 3º/1, em princípio, estão apenas habilitadas a exercer a actividade de concessão de crédito as concessionárias e subconcessionárias para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino.

Todavia, tendo em conta a realidade de Macau e a tradicional forma de funcionamento das chamadas “salas de jogos”, o nº 3 do mesmo artº 3º estende o âmbito da aplicação do nº 1 por forma a abranger, no elenco dos habilitados a conceder créditos, ainda os promotores de jogos de fortuna ou azar em casino, desde que tenham validamente celebrado com uma concessionária ou subconcessionária um contrato para o efeito.

A celebração de tal contrato fica sujeita às formalidades expressamente previstas no artº 8º da mesma Lei nº 5/2004, que reza:

1. Os contratos referidos no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 3 do artigo 5.º estão sujeitos a forma escrita e são celebrados em 3 exemplares originais, sendo as assinaturas objecto de reconhecimento notarial presencial.

2. As minutas dos contratos, dos seus documentos complementares e de quaisquer alterações a esses instrumentos estão sujeitas a aprovação do Governo, o qual pode determinar a alteração de qualquer cláusula das referidas minutas por razões de legalidade ou de interesse público.

3. Um dos exemplares dos contratos, bem como cópia de todos os seus documentos complementares, é enviado pela concessionária ou subconcessionária à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, adiante designada por DICJ, no prazo de 15 dias a contar da data da sua celebração.

4. Deve ainda ser enviada pela concessionária ou subconcessionária à DICJ qualquer alteração aos contratos ou aos seus documentos complementares, no prazo de 15 dias.

5. Os documentos complementares referidos nos n.os 3 e 4 devem ser acompanhados de uma declaração subscrita por representante legal da concessionária ou subconcessionária que a obrigue, com assinatura e qualidade reconhecidas notarialmente, nos termos da qual este declara, sob compromisso de honra, a correcção, actualidade e veracidade dos dados e informações neles constantes, bem como que os mesmos são cópia dos originais.

6. Os contratos devem conter, obrigatoriamente, cláusulas relativas à obrigação, assumida pelas partes, de renúncia a foro especial e submissão à lei vigente na Região Administrativa Especial de Macau e, no caso do contrato referido no n.º 3 do artigo 5.º, cláusulas relativas à renúncia à utilização de substitutos ou ao recurso a subagentes, conforme o caso.

7. São nulas as cláusulas dos contratos, dos seus documentos complementares, bem como das respectivas alterações que sejam desconformes com as respectivas minutas aprovadas pelo Governo.

Demonstrado o quadro legal da concessão de crédito nos casinos, voltemos à apreciação do presente caso.

Ora, o que a recorrente vem agora invocar para sustentar o seu pedido de recurso é a circunstância de não ficar provado nos autos o cumprimento do preceituado no artº 8º/2 e 3, isto é, das provas existentes nos autos, não resulta provado que a minuta dos contratos constantes das fls. 27 a 44 dos autos se encontrava

aprovada pelo Governo nem que um dos exemplares dos mesmos foi enviado pela concessionária D (MACAU) LIMITED à Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos no prazo de 15 dias a contar da data da sua celebração.

Além disso, na óptica da recorrente, a certidão datada de 15JAN2010 emitida pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos junta com a contestação como doc. 1 prova apenas que no dia da emissão da certidão, ou seja 15JAN2010, a exequente B estava habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito, e não no momento da concessão do crédito exequendo, isto é nos dias 5 e 6JAN2009.

E na esteira desse raciocínio seu, a recorrente defende que a exequente/embargada, enquanto promotora de jogos, não está habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito, e portanto são nulos os negócios constitutivos das dívidas exequendas.

Todavia, compulsados os elementos constantes dos autos, nomeadamente a certidão a fls. 16 e os contratos celebrados entre a concessionária E e a promotora de jogos B, ora exequente, salta à vista a sem razão da recorrente.

Na verdade, tem o seguinte teor a certidão emitida pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos:

Para efeitos de produção de prova no processo n.ºCV1-09-0096-CEO-A, que corre os seus termos no 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Base da Região Administrativa Especial de Macau, vimos pela presente certificar os seguintes factos:

1. A sociedade comercial B, com sede social na Travessa da Misericórdia n.º6, 2.º andar “B”, é titular da licença de promotor de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino na Região Administrativa Especial de

Macau melhor identificada sob o n.º E136.

2. Que a Sociedade B, está habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito junto da concessionária C (MACAU), S.A., ao abrigo de um contrato de habilitação para conceder crédito celebrado com esta concessionária nos termos do artigo 3.º, n.º 2 da Lei n.º 5/2004, de 14 de Junho de 2004, e este contrato cumpre com os requisitos dos n.s 1 a 3 do artigo 8.º da retro aludida Lei.

A presente certidão apenas pode ser utilizada para o fim acima identificado.

Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, aos 15 de Janeiro de 2010.

Ora, uma coisa é a data da emissão da certidão, outra coisa é a data da ocorrência dos factos, momentâneos ou continuados, nela atestados. São coisas distintas e podem coincidir-se mas normalmente isso não acontece, pois na maioria de situações, uma certidão visa certificar um facto ou uma situação já ocorrida ou pelo menos já iniciada.

Se é verdade que não resulta clara da certidão a data a partir da qual a exequente B ficou habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito, já é certo que a mesma data fica clarificada com a data da celebração do contrato “AUTHORIZATION TO GRANT CREDIT FACILITIES” entre a concessionária E e a exequente B, que se encontra junto aos autos.

Conforme se vê logo na primeira página desse contrato (vide as fls. 17 dos autos), o contrato foi celebrado em 25MAR2008.

Assim, conjugando essa prova documental com o atestado na certidão cujo teor se transcreve integralmente *supra*, bem andou a Mmª Juiz a quo ao considerar provado que no momento da constituição das dívidas exequendas, a promotora de jogos, ora recorrida, estava habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito.

Finalmente, quanto ao alegado não envio à Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos de um dos exemplares dos contratos celebrados entre a concessionária E e a exequente B e à alegada não aprovação dos mesmos contratos pelo Governo da RAEM, limitamo-nos a dizer que como a certidão, enquanto documento autêntico à luz do artº 363º do Código Civil, já prova plenamente que *“a sociedade B, está habilitada a exercer a actividade de concessão de crédito junto da concessionária C (MACAU), S.A., ao abrigo de um contrato de habilitação para conceder crédito celebrado com esta concessionária nos termos do artigo 3º, nº2 da Lei nº 5/2004, de 14 de Junho de 2004, e este contrato cumpre com os requisitos dos nºs 1 a 3 do artigo 8º da retro aludida Lei.”*, a ora recorrente só pode ilidir a força probatória plena da certidão negando os factos nela atestados, nomeadamente a ai certificada satisfação dos requisitos formais dos contratos em causa, mediante a arguição da falsidade dessa mesma certidão passada pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, nos termos estabelecidos no artº 366º do Código Civil e nos artºs 471º e s.s. do Código de Processo Civil.

Não o tendo feito, cessa a defensabilidade de todos os argumentos inseridos na tese da recorrente à luz da qual a matéria de facto foi incorrectamente julgada na primeira instância.

Assim sendo, fica logo infundada a alegada nulidade dos contratos que titularam as dívidas exequendas.

Tudo visto resta decidir.

III

Nos termos e fundamentos acima expostos, acordam em negar

provimento ao recurso, mantendo na íntegra a sentença recorrida.

Custas pela recorrente em ambas as instâncias.

Notifique.

RAEM, 07DEZ2011

Lai Kin Hong

Choi Mou Pan

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira